

FERNANDO SOUZA DE BARROS BARRETO
MARISALVO DA SILVA

**CULTURA DE DEFESA: CAMINHOS PARA DESENVOLVIMENTO DA
MENTALIDADE DE DEFESA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Superior de Defesa, como exigência
parcial para obtenção do título de Especialista
em Altos Estudos em Defesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Machado
Caminha

Brasília
2022

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da Escola Superior de Defesa (ESD). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.



Fernando Souza de Barros Barreto



Marivalvo da Silva

**FERNANDO SOUZA DE BARROS BARRETO
MARISALVO DA SILVA**

**CULTURA DE DEFESA: CAMINHOS PARA DESENVOLVIMENTO DA
MENTALIDADE DE DEFESA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Superior de Defesa,
como exigência parcial para obtenção do
título de Especialista em Altos Estudos
em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 17 de Outubro de 2022



VIVIANE MACHADO CAMINHA – Profa. Dra. (ESD)
Orientadora



PATRÍCIA PONTES BEZERRA TEIXEIRA – CF T (ESD)
Membro 1



NÁDIA XAVIER MOREIRA – CF T (ESD)
Membro 2

Cultura de Defesa: caminhos para desenvolvimento da mentalidade de Defesa Nacional

Fernando Souza de Barros Barreto^{11a}
Marisalvo da Silva^{22a}

RESUMO

A atual Política Nacional de Defesa (PND), em trâmite no Congresso Nacional desde julho de 2020, afirma como um de seus pressupostos, estimular o envolvimento de segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para promover o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos. É necessário que haja maior reflexão da sociedade brasileira sobre o tema Defesa Nacional, para que as pautas relevantes desta área sejam amplamente discutidas. O presente estudo tem como objetivo analisar o contexto histórico e institucional visando identificar alternativas para fomentar a cultura de defesa e ampliar o envolvimento da sociedade brasileira em relação ao tema Defesa Nacional. O trabalho utilizou metodologia qualitativa, por meio de estudo de natureza exploratória e pesquisa bibliográfica e documental, contemplando a análise de conceituação teórica, dados históricos, iniciativas implementadas no Brasil, legislação pertinente e estudos correlatos. Como resultado, propõe-se um conjunto de medidas a serem executadas, visando fomentar o incremento da mentalidade de defesa no Brasil. Dessa forma, concluiu-se pela necessidade de ações efetivas que propiciem uma reflexão sobre o tema Defesa Nacional pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira, propiciando que a mentalidade de defesa se situe em patamar compatível com interesses nacionais.

Palavras-chave: Defesa Nacional; Cultura de Defesa; Mentalidade de Defesa.

Defense Culture: ways to develop the National Defense Mindset

ABSTRACT

The current National Defense Policy, pending in the National Congress since July 2020, states as one of its assumptions, encourage the involvement of segments of Brazilian society in defense matters, to promote the development of a participatory and collaborative culture for all citizens. There is a need for greater reflection by Brazilian society on the topic of National Defense, so that the relevant guidelines in this area are widely discussed. The present study aims to analyze the historical and institutional context to identify alternatives to foster the culture of defense and expand the involvement of Brazilian society in relation to the theme National Defense. The work used a qualitative methodology, through an exploratory study and bibliographic and documentary research, contemplating the analysis of theoretical concepts, historical data, initiatives implemented in Brazil, pertinent legislation, and related studies. As a result, a set of measures is proposed to be carried, to foster the increase in the defense mentality in Brazil. It was concluded by the need for effective actions that provide a reflection on the National Defense theme by the different segments of Brazilian society, providing that the defense mentality is situated at a level compatible with national interests.

Keywords: *National Defense; Defense Culture; Defense Mindset*

¹ Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil, Encarregado da Divisão de Coordenação da Manutenção do Estado-Maior da Armada (EMA).

² Professor Doutor em Engenharia de Produção (USP), Pós-Doutor em Direitos Humanos, Sociais e Difusos (Universidade de Salamanca), Consultor em organizações públicas e privadas e Professor titular em cursos de graduação e pós-graduação.

^a Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Defesa (ESD), 2022.

1 INTRODUÇÃO

A percepção e o grau de importância atribuído pela sociedade aos assuntos relacionados à Defesa Nacional e às Forças Armadas têm impacto significativo no processo decisório do Estado brasileiro nas questões relacionadas ao tema. Diferentes estudos enfatizam o baixo nível da mentalidade de defesa na sociedade brasileira, seus impactos e suas consequências (SANTOS, 2013; RODRIGUES, 2019). O tema apresentado relaciona-se a um problema conjuntural do país, qual seja, a baixa percepção da sociedade brasileira sobre a relevância do tema Defesa Nacional. Nesse sentido, pode ser observado que um dos principais fatores que contribuem para esta questão é a existência de uma cultura de defesa restrita a determinados segmentos da sociedade, notadamente o público militar e parcela do meio acadêmico que participa de programas de pesquisa e fóruns voltados para essa temática.

A atual Política Nacional de Defesa (PND), em trâmite no Congresso Nacional desde julho de 2020, afirma como um de seus pressupostos, além dos princípios já previstos na Constituição Federal, “estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos” (BRASIL, 2020a, p. 21). Em decorrência deste princípio, foi originado o respectivo Objetivo Nacional de Defesa (OND): “Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (BRASIL, 2020a, p. 25).

Apesar das inúmeras dificuldades para o alcance do mencionado objetivo, julga-se que a análise histórica da abordagem do tema no país, a observação de experiências no que se refere à formação de uma cultura de defesa e a exploração de elementos atuais que possam ter correlação com o tema segurança nacional, podem se constituir em uma base relevante para a proposição de linhas de ação fomentadoras da conscientização e da participação da sociedade brasileira com relação aos assuntos de Defesa Nacional, contribuindo para a promoção da cultura de defesa.

Uma nação consciente do ponto de vista da mentalidade de defesa possibilitará a evolução das Forças Armadas, no sentido de refletir os anseios da sociedade e de aprimorar o conhecimento da sociedade sobre os riscos e as vulnerabilidades relacionadas à Defesa Nacional e, dessa forma, focar em esforços para mitigá-los.

No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é determinado que para incrementar a mentalidade de defesa do País, o Ministério da Defesa deverá “promover ações visando divulgar as medidas implementadas como fator de esclarecimento e convencimento de decisores e da opinião pública sobre os assuntos de defesa” (BRASIL, 2012b, p. 352).

Apesar do estabelecimento da PND e das constantes citações e orientações estratégicas presentes em suas revisões, buscando ampliar a conscientização da sociedade brasileira sobre a importância do setor para o país, acredita-se que ainda há muito o que evoluir neste aspecto, neste sentido, considera-se que o desenvolvimento da cultura de defesa no seio da sociedade brasileira se constitui, de certa forma, vital para o alcance dos objetivos relativos à Defesa Nacional.

Diante do contexto acima, percebe-se a importância do desenvolvimento de uma cultura de defesa nacional e da mentalidade de defesa na sociedade brasileira. O presente estudo tem como questão norteadora, a seguinte pergunta: quais as ações necessárias para a implementação de uma cultura de defesa, considerando o objetivo posto na PND de ampliar o envolvimento da sociedade nos assuntos de defesa nacional?

O presente estudo tem como objetivo analisar o contexto histórico e institucional visando identificar alternativas para fomentar a cultura de defesa e ampliar o envolvimento da sociedade brasileira em relação ao tema Defesa Nacional. De forma específica, busca-se contextualizar historicamente o desenvolvimento da cultura e da mentalidade de defesa no Brasil; identificar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, iniciativas civis e governamentais relacionadas ao desenvolvimento da cultura e da mentalidade de defesa; e propor alternativas para fomentar o desenvolvimento da cultura e da mentalidade de defesa e ampliar o envolvimento da sociedade brasileira em relação ao tema Defesa Nacional.

Com relação à natureza do problema, pretende-se realizar a pesquisa de forma aplicada visando formular propostas para serem desenvolvidas pelo Governo Federal, pelo Congresso Nacional e pela comunidade, visando prioritariamente o incremento da mentalidade de defesa na sociedade brasileira.

Para o atingimento deste propósito, a abordagem do problema será efetuada de forma qualitativa, por meio de pesquisa exploratória. O procedimento técnico a ser aplicado constituir-se na pesquisa bibliográfica e documental, mediante a análise de conceituação teórica, dados históricos, iniciativas implementadas no Brasil e em outros países, legislação pertinente e estudos correlatos.

2 CULTURA DE DEFESA E MENTALIDADE DE DEFESA NO BRASIL

Não existe uma definição acadêmica universalmente aceita sobre os termos “defesa nacional” e “segurança nacional”, pois se pode encontrar diferentes definições e descrições em diversos documentos oficiais, estudos e trabalhos acadêmicos sobre os temas.

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020a) conceitua defesa nacional como

o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2020a, p. 11).

Referido documento, descreve segurança nacional como:

condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL, 2020a, p. 11).

De maneira análoga, percebe-se uma confusão metodológica no entendimento dos termos “cultura de defesa”, “mentalidade de defesa” e “consciência de defesa”. A partir de reflexões sobre os termos, Sanquirico (2014) afirma que “normalmente se entende por cultura a bagagem de conhecimentos e dados de uma pessoa em aspectos vinculados aos estudos de Humanidades” (SANQUIRICO, 2014, p. 5) e argumenta que

a cultura de defesa se relaciona, com o conhecimento acerca das Forças Armadas, dos problemas nacionais em termos de defesa, dos conflitos, bem como ao sentido e importância que têm os gastos em defesa (SANQUIRICO, 2014, p. 5).

Referido autor, afirma ainda que

o emprego mais usual do termo consciência se vincula às crenças e sentimentos que levam as pessoas, individualmente ou em coletividade, a manter determinada atitude ante uma situação ou ameaça (SANQUIRICO, 2014, p. 5).

Muntala (2016), afirma que

a cultura é formada por um conjunto de percepções sobre a realidade, determinadas pela própria realidade, pelas experiências individuais e coletivas, bem como pela visão geral do mundo que se tenha (MUNTALA, 2016, p. 2).

Santos (2013), afirma que a mentalidade de defesa pode ser considerada como:

um comportamento da nação, politicamente organizada e formada pelos integrantes da sociedade, capaz de influenciar o Estado Brasileiro nos assuntos referentes à defesa nacional e ao uso das Forças Armadas, de acordo com a importância atribuída ao tema defesa (SANTOS, 2013, p. 2).

No presente trabalho, considera-se que a cultura de defesa está inserida no contexto da cultura estratégica de uma nação, e que, portanto, se constitui em assunto de igual relevância para a sociedade civil e precisa ser consolidada, por meio de políticas efetivas que visem à formação de cidadãos aptos a debater esta questão (FUCILLE, 2006).

A importância da cultura estratégica e sua vinculação com as questões relacionadas ao tema Defesa é retratada por Romana (2016), da seguinte forma:

A influência da cultura nos processos decisórios organizacionais e informacionais respeitantes à Defesa, Segurança e Política Externa tem vindo a ganhar espaço no âmbito dos Estudos Estratégicos, a partir do conceito de cultura estratégica. Na essência, trata-se de compreender em que medida os interesses nacionais, e as ações formais e informais na condução de objetivos críticos do poder são influenciados por fatores socioculturais, interligados com fatores geohistóricos, geoestratégicos, bem como com elementos da cultura política, de um dado Estado, contrariando as teses de que os princípios da estratégia são absolutos e universais (ROMANA, 2016, p.14).

Em relação ao conceito de cultura estratégica, Romana (2016) afirma que

a formulação do conceito de cultura estratégica é tributária dos estudos sobre cultura nacional e da análise sobre os processos de tomada de decisão estratégica aplicados a cenários de segurança e defesa” (ROMANA, 2016, p.14).

As Forças Armadas constituem-se em instituições das mais respeitadas no país, apesar disto, a escassa cultura de defesa aliada às condicionantes históricas de atuação tem como consequência o pouco apreço pelos assuntos relacionados à área militar e suas necessidades, refletidos pelo menosprezo aos atos públicos, na indiferença aos símbolos e aos acontecimentos em que sejam protagonistas e ao enfoque da história militar. Desta forma, torna-se importante difundir o conhecimento sobre o tema Defesa Nacional e sobre as Forças Armadas, visando obter o apreço e apoio, que pode ser manifestado por meio da cooperação para solucionar os problemas e as necessidades de defesa.

Estudo realizado por Almeida (2010) afirma que em termos culturais, pode-se dizer que “a Defesa Nacional deve ser entendida como um bem público provido à sociedade por meio de políticas públicas” (ALMEIDA, 2010, p.1) e, sob o viés político,

A Defesa Nacional deve constituir uma política de Estado e não uma política de governo. Deve haver um arranjo político subjacente à estrutura de defesa nacional, que, ao reunir militares e civis, partidos políticos e sociedade, permita sua condução acima das simples rivalidades. Possibilitando participação ativa na definição de prioridades, alocação de recursos e elaboração do orçamento (ALMEIDA, 2010, p.1).

Ao longo do tempo tem se discutido se a política de defesa é uma política de Estado ou uma política de governo. Entre os defensores da visão da defesa como política de governo, Rudzit e Casarões (2015), se posicionam da seguinte forma

Defendemos que a política de defesa no Brasil pode e deve ser concebida como política de governo, por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, é através dela que se dá o controle civil sobre os meios militares. Isto é fundamental, dada a história recente brasileira, uma vez que reforça nosso

princípio democrático. Em segundo lugar, submeter a política de defesa à lógica de governo permite que se realizem eventuais mudanças, correções de rumo e adaptações frente a novas realidades políticas e estratégicas, tanto internas quanto externas. É a interpretação governamental sobre os imperativos de defesa que constitui, no limite, a definição do chamado interesse nacional (RUDZIT; CASARÕES, 2015, p. 34).

Seguindo outra linha de pensamento, Alsina Jr (2003), argumenta que

uma política de defesa deve ser considerada como uma política pública responsável por regular não somente a estruturação das Forças Armadas, mas, sobretudo, garantir que o poder militar gerado seja capaz de equilibrar as relações de força existentes entre os Estados no plano internacional (ALSINA Jr, 2003, p. 55).

Almeida (2010), corrobora argumentando que as políticas públicas se caracterizam por serem políticas de longo prazo, sendo essa a principal razão pela qual a defesa nacional, detentora de objetivos permanentes, “constitui uma política de Estado e não como simples plano de governo” (ALMEIDA, 2010, p. 241); e, de forma análoga, Oliveira (2006), argumenta que a condição de política pública da defesa nacional confere a ela natureza de política de Estado, em que se pressupõe um arranjo conceitual e político subjacente, acordado por militares, diplomatas, partidos políticos e sociedade civil, sobre as ameaças, objetivos e recursos da defesa nacional (Oliveira, 2006, p. 2).

Existe também uma corrente de pesquisadores que se colocam como “meio termo” e defendem a hipótese de que a

política de defesa nacional do Brasil possui características de política de Estado, dada a continuidade no tempo de seus principais objetivos e estratégias, mas também de governo, com espaço para a introdução de inovações conceituais e mudanças de ênfase diante de alterações de governo (SANTOS, 2018, p. 166).

A Defesa Nacional representa tema constante e intrínseco à vida de uma nação, pois se trata de sua proteção, sendo assim, deve ser considerada como política de Estado e se constituir em política pública para que sejam formuladas as diretrizes necessárias para o seu incremento, dentre elas, ações para que a sociedade tenha uma sólida cultura, no que tange à defesa.

3 PENSAMENTO SOBRE DEFESA NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E MARCOS DECLARATÓRIOS

Existem consideráveis razões históricas para a baixa mentalidade de defesa da sociedade brasileira, cujo principal motivo seria, em suma, “um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional”, aliada à percepção desvanecida, para muitos brasileiros, de ameaças no Entorno Estratégico (BRASIL, 2005, p. 1).

Para Borelli e Peron (2017), “a Defesa Nacional é historicamente, um tema de baixa prioridade na agenda política do país e para a sociedade em geral” (BORELLI; PERON, 2017, p. 497). Neste contexto, é importante considerar que diferentes segmentos da sociedade possuem um baixo conhecimento e envolvimento com as questões de Defesa, por julgar que o país não sofre ameaças externas significativas, poucas vezes participou de conflitos armados, a última na Guerra do Paraguai (1864-1870) e possui boas relações diplomáticas com a maioria dos países fronteiriços. Isto é denominado de “paradoxo da defesa nacional” por Oliveira (2005), que argumenta ainda, que “faltam aos dirigentes políticos e à opinião pública, o conhecimento e a valorização da Defesa Nacional” (OLIVEIRA, 2005, p. 80).

No plano político, observa-se que as questões relacionadas à Defesa são consideradas de baixo retorno eleitoral, afinal de contas, “por não influenciar no prestígio e nos votos, a temática militar não suscita o interesse de partidos, cuja atenção está concentrada em temas mais elevados e urgentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 101). A reduzida atuação do Poder Legislativo nos assuntos afetos à área da Defesa reflete-se, inclusive, na reduzida quantidade de assessores parlamentares com conhecimento no segmento. Aliado a isto, as questões relacionadas à pasta permanecem sendo debatidas em conjunto com a Política Externa, cujos assuntos são, por vezes, examinados com maior atenção (FLEMES, 2005).

Diversas questões influenciaram o pensamento do povo brasileiro, no sentido de não se preocupar com a Defesa Nacional, conforme citado pelo ex-Ministro da Marinha Almirante Mario Cesar Flores que apresenta razões para o pouco interesse da sociedade em relação aos assuntos de defesa: o preconceito gerado pelas interveniências militares na vida nacional; a falta de oportunidades para o clientelismo; a defesa nacional não gerar votos e; a mais que centenária ausência de ameaça clássica em que o Brasil tivesse vivido papel protagonista (FLORES, 2011, p. 02). Apesar da pequena percepção da sociedade sobre o tema, é possível observar eventos da história nacional que contribuíram para a cultura de defesa no país^{3,4}. A atuação da Força

³ No Brasil-Monárquico (1822-1889), identificam-se dois marcos relevantes: a Guerra da Cisplatina (1825-1828), movimento separatista que consumiu grande quantidade de recursos resultando na falência do Banco do Brasil e que deu origem ao Uruguai (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 209) e a participação brasileira na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), período no qual ocorreu a violação do território brasileiro, por meio de uma ofensiva do governo paraguaio contra o estado do Mato Grosso (FAUSTO, 2013, p. 178-182). Devido à baixa adesão ao alistamento militar na época aliada à ausência de apoio da Guarda Nacional, o Império necessitou mobilizar os “Voluntários da Pátria”, grupo composto por cidadãos maiores de dezoito e menores de cinquenta anos, que voluntariamente quiseram se alistar (BRASIL, 1865, p.1; KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 307). Devido à longa duração do conflito, aliado aos gastos excessivos, escassez de mão-de-obra e desvalorização da moeda, a guerra se tornou impopular e ensejou resistência da sociedade e uma espécie de revolta popular contra o Império (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 307).

⁴ Há também momentos importantes durante a Primeira República (1889-1930) como a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a adesão relativa da sociedade brasileira aos ideais propostos pelo tenentismo – movimento político militar que reivindicava mudanças na estrutura do poder do Estado, na década

Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, conflito militar global ocorrido entre 1939 e 1945, trata-se de importante marco e, pode ser considerado, como o ápice histórico da mentalidade de defesa no Brasil, considerando que a sociedade brasileira, por meio da pressão a partir de grandes manifestações populares, exigiu uma resposta militar à agressão alemã a cinco navios mercantes no litoral brasileiro em agosto de 1942 (FAUSTO, 2013, p. 326). Naquele período, observa-se ainda, a absorção pela sociedade brasileira dos ideais de liberdade e democracia defendidos pela FEB resultando em um sentimento de defesa da Pátria.

Durante o período da experiência democrática (1945-1964), vários fatos políticos se sucederam em um curto espaço de tempo – realização de eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição de 1946 – abrindo um período em que “a democracia funcionou pela primeira vez no Brasil” (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 467). Koshiba e Pereira (2003), argumentam que “a democracia é um sistema baseado na ideia de que não há convívio social sem conflitos e estes devem ser solucionados sempre de modo pacífico, mediante diálogo e negociação” (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 468).

O período de governos militares (1964-1985), trata-se de marco histórico relevante “no qual, paradoxalmente, notou-se um distanciamento entre a população e os assuntos relacionados à defesa nacional” (RODRIGUES, 2019, p. 8) e, pode-se concluir que, no período “houve uma diminuição da mentalidade de defesa do Estado e um aumento da mentalidade de desenvolvimento nacional” (SANTOS, 2013, p. 6). Almeida (2005) argumenta que

um dos mais nefastos resultados desse afastamento histórico é, sem dúvida, a deseducação da sociedade brasileira em relação aos assuntos de defesa. A sociedade não se mostra capaz de atribuir a assuntos militares a mesma importância dada aos temas, por exemplo, da saúde e da educação” (ALMEIDA, 2005, p. 19).

No período de redemocratização ou de transição democrática (1985-1989), ocorreu mais um relevante marco histórico para o País, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 2), denominada de “Constituição Cidadã” pelo deputado Ulysses Guimarães e que se mostrou avançada em relação aos direitos e garantias fundamentais, afirmando que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 2). Na Constituinte, os militares bloquearam

de 1920 – que influenciou sobre o “conservadorismo militar, do qual o regime militar instituído em 1964 pode ser considerado um produto tardio” (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 412-414).

a iniciativa de parlamentares progressistas que desejavam restringir a função das Forças Armadas à defesa da soberania nacional, prevalecendo a função de intervir para a manutenção da ordem social (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 577). Dentre os princípios estabelecidos na CF 88, destacam-se a independência nacional, a não-intervenção, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos (BRASIL, 1988, p. 2).

Na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDEN) em novembro de 2012, o ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que

o Brasil inscreveu na Constituição de 88, sob o signo da soberania popular, as decisões referentes à defesa de sua população, de seu território e de seus interesses. Demonstrou, assim, sua convicção de que democracia e defesa se reforçam mutuamente (AMORIM, 2012, p. 331).

A partir de 1990, ocorreu a fase de consolidação democrática durante os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), período no qual houve a extinção do Conselho de Segurança Nacional determinada pela Constituição de 1988 e a substituição do Serviço Nacional de Informações (SNI) pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), para cuja chefia foi nomeado um empresário (OLIVEIRA, 2005, p. 28).

No decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2002), ocorreram dois importantes marcos históricos: a formulação da Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996 e a criação do Ministério da Defesa em 1999. A primeira edição da PDN, aprovada em 1996, se configurou como a primeira iniciativa para

orientar os esforços de toda a sociedade brasileira no sentido de reunir capacidades em nível nacional, a fim de desenvolver as condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais (BRASIL, 2020a, p. 7).

A criação do Ministério da Defesa (MD), ocorreu que em face das informações consolidadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), oriundas de estudos exploratórios, que demonstrava a singularidade da estrutura administrativa nacional relacionada à defesa:

entre cento e setenta e nove países pesquisados, somente vinte e três não possuíam Ministério da Defesa e entre os Estados considerados mais importantes, apenas Japão, México e Brasil mantinham o formato de dispersão dos temas militares em vários ministérios (CAMPOS, 2002 *apud* ALSINA JR, 2003, p. 62).

Na visão de Fuccille (2006), no caso brasileiro, um Ministério da Defesa

deve contribuir para o fortalecimento das autoridades civis, posto que ele proporciona uma estrutura unificada para o desenvolvimento de políticas e

permite a uniformidade das Forças Armadas com o restante da burocracia administrativa do Estado (FUCILLE, 2006, p. 178-179).

A publicação da PDN e a criação do MD representaram acontecimentos interligados, pois enquanto “a PDN implicava uma avaliação do quadro político-estratégico internacional à luz dos objetivos de política externa brasileiros, o MD suscitava o estabelecimento de novas formas de coordenação (diálogo unificado) entre o Itamaraty e as forças singulares” (ALSINA JR, 2003, p. 53). Apesar da formulação da PDN e da criação do Ministério da Defesa terem representado evoluções no âmbito da Defesa Nacional, no transcorrer da era FHC (1995-2002) houve reduzido interesse do Poder Executivo pelos assuntos atinentes à pasta, conforme mencionado por Alsina Jr. (2003):

No plano doméstico, a severa crise fiscal do Estado, a ausência de percepções de ameaça externa clássica (estatal), a prioridade atribuída a programas sociais, a generalizada falta de conhecimento sobre a instrumentalidade do poder militar e o desinteresse do poder político por assuntos castrenses contribuíram para o baixo perfil adotado pela gestão FHC no setor de defesa (ALSINA JR, 2003, p. 60).

Em 2004, a assunção pelo Brasil do comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), possibilitou que o tema Defesa viesse à tona na discussão nacional e demonstrou a integração desta pasta com a política externa brasileira (FUCILLE, 2016). O fato representou uma ação estatal inovadora e emblemática desse período de governo, o que permitiu à sociedade enxergar de forma palpável as capacidades das Forças Armadas brasileiras, assim como sua importância no contexto mundial notadamente no sentido de prover ajuda humanitária a outras nações.

Em 2008, foi publicada a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END), usualmente considerada um documento orientador das atividades das Forças Armadas brasileiras e que explicita e detalha os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) contidos na PND, no sentido de “como fazer”. A END definiu ações estratégicas de médio e longo prazos objetivando modernizar a estrutura nacional de defesa por meio de três eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório (BRASIL, 2008, p. 2).

A END explicitou como principais vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do País, dentre outras:

o pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e escassez de especialistas civis nesses temas; a insuficiência e descontinuidade na alocação de recursos orçamentários para a defesa; a insuficiência ou pouca

atratividade e divulgação dos cursos para a capacitação de civis em assuntos de defesa” (BRASIL, 2008, p. 16).

Na END, também foram relatadas oportunidades a serem exploradas, como por exemplo,

um maior engajamento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, assim como maior integração entre os diferentes setores dos três poderes do Estado brasileiro e desses setores com os institutos nacionais de estudos estratégicos, públicos ou privados (BRASIL, 2008, p. 17).

Sendo assim, com o advento da END durante o governo Lula, ocorreram iniciativas para fomentar a cultura de defesa, em virtude da especificação da execução das orientações estratégicas estabelecidas pela PND. Houve a tentativa de despertar o interesse da sociedade civil e do meio acadêmico sobre o tema, com a proposta de “romper com o isolamento das Forças Armadas e da Defesa Nacional como um todo, através da socialização do debate” (ALMEIDA, 2010, p. 241). Neste contexto, foram definidas diversas ações estratégicas, com o intuito de melhorar a divulgação sobre a atuação das Forças Armadas e de estimular o debate sobre Defesa, junto à sociedade brasileira (BRASIL, 2008).

A END também permitiu explicitar de forma mais concreta as demandas da área de Defesa, em vista do conteúdo mais genérico das Políticas de Defesa anteriormente promulgadas, contribuindo para que algumas destas questões voltassem à discussão nacional, conforme mencionado por Madruga (2015):

(...) o governo aumentou de forma mais expressiva a sua função legislativa em matéria de defesa, a partir de 2008. (...) Em proporção ao total de projetos apresentados, houve um progresso mais significativo. De 1999 a 2007, esses projetos representavam 8,5% do total apresentado pelo executivo, sendo que em 2008, esse número chegou a 13,5% (MADRUGA, 2015, p. 15).

Durante o governo Dilma (2011-2014), além da revisão da PDN, que passou a ser chamada de Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012a) ocorreu a primeira edição do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documento produzido pelo Poder Executivo após debates com diferentes segmentos da sociedade, incluindo civis e militares.

O LBDN foi publicado em 2012 e segue as práticas de outros países democráticos incentivadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Livro Branco compreende a visão do governo e de segmentos da sociedade sobre a Defesa Nacional, sendo um documento de caráter público, por meio do qual espera-se permitir o acesso à sociedade em geral de um conjunto de informações sobre o setor de Defesa brasileiro.

No documento de 2012, o então Ministro da Defesa Celso Amorim, afirma que

A tarefa de elaborar o Livro Branco não foi desenvolvida dentro dos escritórios do Ministério da Defesa. Buscou-se a participação da sociedade na

reflexão e no debate dos temas que aqui são desenvolvidos. A realização de Oficinas Temáticas, Seminários e Mesas-redondas contou com a participação de civis e militares, brasileiros e estrangeiros, e levou a discussão das questões da defesa brasileira para as cinco regiões do País. Essas contribuições foram de grande valia (BRASIL, 2012b, p. 9).

Apesar da relevância do tema defesa nos contextos nacional e internacional, constatou-se a ausência de envolvimento do Congresso Nacional na fase de elaboração da PND, da END e do LBDN, fato que pode ser considerado como uma perda de oportunidade de interlocução com representantes da sociedade, considerando-se que “o Legislativo possui corpo técnico qualificado para compor o grupo de trabalho que produz os documentos, fato que poderia resultar em valiosas contribuições para o processo” (BRASIL, 2013, p. 6).

A condução da política de defesa nacional deve estar imune às rivalidades domésticas e mudanças de governo. Borelli e Peron (2017), afirmam que os documentos publicados em 2012 – PND, END e LBDN – refletiram “a consolidação da visão de defesa como uma política pública, articulada com os demais setores do Estado para contribuir com o objetivo de gerar desenvolvimento e autonomia nacional” (BORELLI; PERON, 2017, p. 489).

Em novembro de 2016, o governo Temer (2016-2018) encaminhou ao Congresso Nacional proposta de revisão dos documentos supracitados, os quais foram objeto de análise e aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018, no fim do mandato daquele Governo (BRASIL, 2018a, p.1).

Na PND – Brasil 2016, foram fixados vinte e oito posicionamentos para a Defesa Nacional, dentre os quais, destaca-se “estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos” (BRASIL, 2016, p. 20-21). Neste sentido, foi estabelecido como Objetivo Nacional de Defesa: “ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (BRASIL, 2016, p. 25), que pode ser melhor detalhado como

aumentar a percepção de toda a sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos relacionados à defesa do País, incrementando-se a participação dos cidadãos nas discussões afetas ao tema e culminando com a geração de uma sólida cultura de defesa (BRASIL, 2016, p. 25).

Em julho de 2020, o governo Bolsonaro (2019-2022) encaminhou ao Congresso Nacional a atualização dos textos da PND, da END e do LBDN. No Livro Branco de Defesa Nacional é retratada a preocupação com a formação da cultura de defesa, onde o governo afirma que

o Setor de Defesa também está consciente da necessidade de aumentar a percepção da sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos referentes

à Defesa Nacional. Para isso, desenvolve projetos em parceria com outros órgãos governamentais ou da sociedade civil, a fim de gerar uma adequada cultura de defesa no âmbito da sociedade brasileira (BRASIL, 2020b, p. 110).

No período de outubro a dezembro de 2021, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou três audiências públicas para debater aspectos relacionados à elaboração, aprimoramento e implementação da PND, da END e do LBDN, com a participação do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas, de especialistas e estudiosos do assunto e de representantes da indústria nacional de defesa. Na primeira audiência pública, o deputado federal Aécio Neves, afirmou que

os documentos são enviados ao Congresso Nacional, já prontos, para que possamos apenas analisar, sem que haja possibilidade de qualquer interferência objetiva, ou seja, sem que possamos propor alterações aos seus textos. Entendemos que o papel dos deputados e senadores deveria ser mais objetivo, permitindo que os três documentos possam ser, também, discutidos e alterados pelo Legislativo (BRASIL, 2022a, p. 72).

Durante a segunda audiência pública, os participantes ressaltaram

a necessidade de maior definição do governo e do Congresso Nacional sobre os rumos que a política pública de defesa deve tomar. A discussão salientou também, “a defesa como política de Estado e não de governo e a importância de ter a soberania nacional como um valor essencial”. O ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, cobrou “uma maior participação da sociedade civil não apenas nas discussões sobre a Defesa Nacional, mas também na implementação das políticas” (BRASIL, 2022a, p. 75).

Em junho de 2022, os três documentos estratégicos de Defesa foram aprovados no Plenário do Senado, conforme Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 1.127/2021, e encaminhados para a análise da Câmara dos Deputados.

4. INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DA MENTALIDADE DE DEFESA

A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) pode ser considerada como uma das primeiras iniciativas no sentido de formar uma mentalidade de defesa no país. A ESG foi criada após o fim da Segunda Guerra Mundial, influenciada pelo desdobramento dos acontecimentos ocasionados pelo conflito no cenário mundial, conforme mencionado por Macedo (1984):

A ESG surgiu em 1949 sob o impacto da experiência brasileira com a Segunda Guerra Mundial. Tornou-se evidente a necessidade de um curso de estado-maior combinado e de um curso que habilitasse elites civis e militares no estudo das realidades nacionais para o preparo do esforço da guerra, iminente no julgamento da época (MACEDO, 1984, p. 86).

A ESG constitui-se em relevante centro de estudos e pesquisas e exerce um papel importante do ponto de vista acadêmico, no sentido de estimular o pensamento sobre defesa no país, abrangendo estagiários de variados ramos profissionais e formação acadêmica diversa

com o intuito de “preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2022). A composição diversificada do corpo docente contribui para um debate de maior amplitude, possibilitando melhor análise sobre as questões referentes a esta temática.

Desde sua criação em 1999, o Ministério da Defesa tem desenvolvido ações que objetivam aumentar a percepção da sociedade brasileira, principalmente o meio acadêmico, sobre a importância da Defesa Nacional para o País. De acordo com o LBDN (BRASIL, 2020b), “procura-se, assim, incrementar a realização de pesquisas, debates e eventos, a fim de gerar uma sólida cultura de defesa no âmbito da sociedade brasileira” (BRASIL 2020b, p.124). Nesse sentido, o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), foi criado em 2005, a partir de um convênio assinado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Pró-Defesa é

uma iniciativa que busca fomentar a cooperação entre Instituições de Ensino Superior civis e militares, com vistas à implementação de projetos de pesquisas científico-tecnológicas, voltados à formação de pessoal especializado na área de Defesa Nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área (BRASIL, 2020b, p. 125).

Um marco importante para ampliação do envolvimento da sociedade nos assuntos de Defesa, conforme previsto na Estratégia Nacional de Defesa, foi a criação da Escola Superior de Defesa (ESD), com sede em Brasília (DF), em setembro de 2021, com o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse da Defesa Nacional, com foco prioritário nos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de instituições de interesse da Defesa (BRASIL, 2021, p.1). Existe ainda a oportunidade de interação com os demais alunos militares, representados por componentes das Forças Armadas e das Forças auxiliares. Assim, a ESD exerce papel relevante, pois permite elevar a consciência sobre assuntos de Defesa em civis que, muitas vezes, exercem assessorias diretas na formulação, execução e controle de políticas públicas, possibilitando o trato adequado das questões relacionadas ao tema defesa.

A Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola Superior de Defesa (ESD) ministram cursos de pós-graduação para alunos civis abordando os temas estudos estratégicos, segurança, desenvolvimento e defesa, como por exemplo, o Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE).

Visando fomentar a mentalidade de defesa no país, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras desenvolvem projetos que colaboram com a implementação de políticas públicas que visam melhorar o bem-estar da população carente e diminuir o déficit social brasileiro.

No campo de ação do Ministério da Defesa existem outros projetos interministeriais que, apesar de não serem direcionados ao incentivo à participação da sociedade nos assuntos da Defesa Nacional, permitem apoiar a população no âmbito do desenvolvimento nacional, contribuindo de forma secundária para a consecução desse propósito. Dentre esses casos, pode-se citar o Projeto Rondon e o Programa Forças no Esporte (PROFESP).

O Projeto Rondon é uma ação do Governo Federal, realizada desde julho de 1967, atualmente coordenado pelo Ministério da Defesa e conduzido em parceria com outros Ministérios, governos Estaduais e Municipais e Instituições de Ensino Superior (IES). Observa-se que as Forças Armadas prestam apoio logístico fundamental às operações, bem como proporcionam condições adequadas de segurança a todos os participantes, viabilizando a execução das ações planejadas. Anualmente, em torno de mil universitários são deslocados para municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por um período de 15 dias (BRASIL, 2020b). O Projeto Rondon já possibilitou que mais de 20.000 universitários participassem das ações em mais de 1.000 municípios brasileiros (BRASIL, 2020b).

O Programa Forças no Esporte (PROFESP) é desenvolvido pelo Ministério da Defesa em parceria com outros ministérios e com o apoio das Forças Armadas e tem como objetivo geral “promover a integração social por meio da prática esportiva” (BRASIL, 2020b, p. 118). Em junho de 2020, estavam sendo favorecidas “aproximadamente 29 mil crianças, jovens e adolescentes entre 6 e 18 anos, em 90 municípios de 25 estados e do Distrito Federal, que frequentavam as atividades no contraturno do horário escolar” (BRASIL, 2020b, p. 119).

Como exemplos de ações efetivas e concretas para o estímulo da mentalidade marítima e de defesa, destaca-se a Promoção da Mentalidade Marítima (PROMAR) coordenada pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), desde 1997. Busca-se, com isso, desenvolver o conhecimento da sociedade brasileira sobre o mar, seus recursos e sua importância para o Brasil, bem como, ampliar o desenvolvimento de uma mentalidade marítima e cultura oceânica na população brasileira (BRASIL, 2022c). Além disso, o Projeto Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMar), da Universidade Federal do Rio Grande, atende a jovens estudantes, entre 14 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômico-ambiental da cidade do Rio Grande (RS), considerando a vocação regional

para as ações desenvolvidas no ecossistema costeiro com ênfase na mentalidade marítima e na inserção do jovem no mundo do trabalho (FURG, 2022).

Ao longo do tempo, as instituições acadêmicas têm exercido papel significativo na concepção e difusão da mentalidade de defesa, considerando tratar-se de ator relevante no diálogo com os segmentos civis e militares da sociedade sobre o tema defesa nacional. Diferentes instituições brasileiras disponibilizam cursos de pós-graduação relacionados ao tema defesa, como por exemplo, o Curso de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF) que, desde 2008, oferece formação em nível de mestrado e doutorado em três linhas de pesquisa: Segurança Internacional e Políticas de Defesa, Políticas Públicas e Indústria de Defesa e Política Externa e de Defesa.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM-IMM) é um curso de excelência em pesquisa científica na área de Defesa Nacional e situa-se no âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo o único em uma instituição militar que tem cursos de mestrado e de doutorado, ambos acadêmicos, reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como um programa de pós-doutorado. O PPGCM-IMM possui duas linhas de pesquisa: Gestão da Defesa e Estudos da Paz e da Guerra e tem por objetivo

construir e disseminar conhecimento em ciências militares, fortalecendo a sinergia entre o segmento militar e a sociedade, formando profissionais, dotados de pensamento crítico, capazes de influenciar, com rigor conceitual e metodológico, o pensamento e as práticas relevantes para o desenvolvimento do Brasil, nas áreas afetas à Defesa Nacional (BRASIL, 2022b, p.1).

Outra vertente que se constitui em importante instrumento para a construção da mentalidade de Defesa no país é representada pelo desenvolvimento de sociedades acadêmicas e de institutos de pesquisa, vocacionados para o estudo de assuntos relacionados à Defesa Nacional.

O Instituto Pandiá Calógeras é um centro de pesquisas, ligado diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, que teve a missão de contribuir para desenvolver o pensamento sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional no Brasil, por meio de análises críticas e independentes sobre temas considerados prioritários na Estratégia Nacional de Defesa, com ênfase em três linhas de pesquisa: Entorno Estratégico com foco na América do Sul e no Atlântico Sul, Economia da defesa e Cenários prospectivos e guerra do futuro. As atividades do Instituto abrangeram a promoção e participação em eventos que colaboraram para criar um pensamento brasileiro sobre Defesa, estimular a integração com instituições acadêmicas

e realizar projetos voltados à construção de novos paradigmas de pensamento e ação no âmbito da defesa nacional (ABED, 2022a).

O Instituto atraiu o meio acadêmico para o debate de questões relacionadas ao tema defesa e possibilita o desenvolvimento e a apresentação de análises com viés científico para a tomada de decisão. Como uma das ações concretas do Instituto, pode-se citar a criação do Programa Álvaro Aberto de Indução à Pesquisa, que visa estimular projetos de pesquisa para análise de temas complexos do cenário nacional ligados à Defesa Nacional, que podem ser utilizados para assessoramento ao Ministro da Defesa (LIMA, 2015).

No âmbito não governamental, esforços relevantes para difusão da mentalidade de defesa provém da atuação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), criada em outubro de 2005, e que congrega pesquisadores que desenvolvem estudos sobre temas relevantes, tais como, defesa e segurança nacional e internacional, guerra e paz, relações entre forças armadas e a sociedade e ciência e tecnologia para a defesa nacional. Desde 2006, a ABED vem organizando encontros anuais em âmbito nacional, denominados Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), bem como, encontros em diferentes regiões do país sob os auspícios de diversos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, denominados Encontros Regionais da ABED (ERABED), os quais têm por objetivo divulgar as pesquisas dos associados e incrementar o debate acadêmico na área (ABED, 2022b). A associação também é responsável pela edição da Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED). Dessa forma, a criação da ABED foi um importante passo dentro do pensamento de melhorar a consciência da sociedade sobre o tema Defesa, por meio da interação entre civis e militares em encontros periódicos e do desenvolvimento de estudos em conjunto visando a análise de problemas identificados no setor da Defesa Nacional (DÓREA, 2018).

A Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola Superior de Defesa (ESD) ministram cursos de pós-graduação para alunos civis abordando os temas estudos estratégicos, segurança, desenvolvimento e defesa, como por exemplo, o Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED) e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE).

5 ALTERNATIVAS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DA MENTALIDADE DE DEFESA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A cultura de defesa no Brasil poderia ser aprimorada por meio de ações concretas que visem desenvolver uma mentalidade de defesa na sociedade. Uma política ativa de promoção de uma cultura de defesa deve envolver a decisiva atuação dos poderes públicos, instituições militares, organizações e atores da sociedade civil para impulsionar a cultura de defesa e

transformá-la em tarefa de todos. Considera-se importante manter o apoio à realização de exposições itinerantes, que contribuam para divulgar a mentalidade de defesa no País, valorizar os programas e eventos desenvolvidos em âmbito nacional, considerando sua importância para uma adequada conscientização da sociedade sobre a defesa nacional e promover a integração dos reservistas como mecanismo para potencializar a cultura de defesa. Além disso, com base na revisão bibliográfica e documental realizada ao longo deste trabalho, sugerem-se as seguintes iniciativas:

a) estimular e valorizar as iniciativas que visem à participação da sociedade em projetos ligados à promoção da mentalidade de defesa, incluindo a comunidade acadêmica, os grupos organizados, as entidades de classe, as associações, os sindicatos e a comunidade em geral.

A promoção de uma cultura de defesa parece condicionada à atuação permanente de instituições governamentais e não governamentais, bem como ao contínuo envolvimento de atores da sociedade civil, não se limitando a instituições acadêmicas e organizações especializadas no tema defesa.

Neste contexto, considera-se que poderiam ser incentivadas e valorizadas iniciativas a serem incluídas em um Plano de Fomento à Promoção da Mentalidade de Defesa, de natureza interministerial e coerente com o programa finalístico Defesa Nacional do Plano Plurianual - PPA 2020-2023 e posteriormente com o PPA 2024-2027. Entre as iniciativas, propostas, destaca-se o apoio à constituição de parcerias interinstitucionais, entre universidades e institutos de pesquisa brasileiros, incluindo seus congêneres de outros países, com vistas a desenvolver estudos estratégicos sobre cultura e mentalidade de defesa, que propiciem a reflexão sobre temas estratégicos ligados à temática e a indicação de alternativas de fomento da cultura de defesa no país.

Propõe-se ainda, o estímulo e a oferta de diferentes atividades de conscientização e mobilização de jovens e adultos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, visando o engajamento em questões relacionadas ao tema defesa. Por exemplo, os diferentes grupamentos de escoteiros no Brasil, promovem atividades de aprendizagem pela ação desenvolvendo habilidades por meio da observação, do descobrimento, da elaboração, da inovação e da experimentação relacionadas às três modalidades: o escotismo básico, voltado para a atividade excursionista, campismo e montanhismo; o escotismo marítimo que procura desenvolver nos jovens o sentimento pela preservação do mar, dos rios, lagos e lagoas, o conhecimento das técnicas marinheiras e o estudo da oceanografia; e o escotismo do ar que

incentiva o culto das tradições aeronáuticas do país e o estudo da meteorologia, da cosmografia e do contexto aeroespacial nacional.

b) elaborar Política Pública de Ensino voltada para temas fundamentais que tenham vínculo com a Defesa Nacional, desde o ensino fundamental.

No que se refere à educação e defesa, ao longo do tempo foram adotadas diversas medidas para estimular o pensamento sobre defesa na sociedade. No entanto, considera-se que referidas ações embora importantes, poderiam ser complementadas, dado que em sua maioria teve como público-alvo o segmento da população brasileira que possui ensino superior, por se tratar de estímulo à produção de pesquisas científicas e ensino em nível de pós-graduação.

No início da década passada, ocorreu a formulação de política pública voltada para o incentivo à produção de conhecimentos e ao envolvimento da sociedade com o tema Defesa, sendo revogada posteriormente. O propósito da política foi relatado por Fucille; Barreto; Gazzola (2016) da seguinte forma:

O Decreto nº 7.274, de 2010 (que dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa) visa à construção de capacidade civil para atuar na área de defesa, mas também propõe um maior intercâmbio entre governo, burocracias, academia e sociedade civil, para que se promova um debate público para a área, importante à consolidação da democracia e fomento de uma cultura de defesa (quicá redundando em uma nova cultura estratégica) (FUCILLE; BARRETO; GAZZOLA, 2016, p. 90).

A construção da cultura de defesa deve ser iniciada a partir do ensino fundamental e enfatizar assuntos relacionados à Defesa Nacional, incluindo conhecimentos sobre patriotismo, meio ambiente e cidadania. Tal perspectiva é coerente com o conceito estratégico de Defesa Nacional do Estado português, que enfatiza que “a articulação da política de defesa com a política de educação deve constituir uma prioridade, que se encara como elemento importante do exercício da cidadania” (PORTUGAL, 2003, p. 7).

Neste contexto, considera-se que poderia ser realizada parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa, no sentido de desenvolver um plano governamental para estimular o ensino sobre defesa e a cultura de defesa, o qual poderia ser denominado de “Pensando a Defesa Nacional”, e que, seria composto pelos atuais programas de pesquisas científicas destinados à defesa, que estão em curso no Brasil, bem como, pelo Programa de Ensino sobre Defesa Nacional (PROEDN), que abrangeria um conjunto de ações direcionado aos diferentes níveis escolares: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Para o ensino fundamental, propõe-se a inclusão no currículo pedagógico do quinto ano escolar, do ensino da disciplina Civismo e Cidadania, que abordaria os valores morais e cívicos,

a exaltação aos símbolos nacionais, os deveres e direitos do cidadão e noções sobre federalismo, democracia, república e presidencialismo. Além disso, ocorreria revisão do currículo escolar das matérias relacionadas as ciências sociais, com o intuito de despertar o sentimento de pertencimento à Nação, de valorização da Pátria e de nossas riquezas, possibilitando ampliar os conhecimentos sobre os vultos nacionais e os heróis da pátria; as campanhas cívico-militares realizadas em prol da defesa e da integração da Nação; a Amazônia Legal, a Amazônia Azul, a biodiversidade e os recursos naturais e minerais.

Também poderia haver, a inclusão no currículo pedagógico do nono ano escolar, do ensino da disciplina Defesa Nacional, com o intuito de aprofundar os conceitos de Civismo e Cidadania e apresentar aos estudantes noções de geopolítica e sociologia, com enfoque nas características da nação brasileira e nos interesses nacionais.

Em relação ao ensino médio, poderia ser incluída no currículo pedagógico do primeiro ano escolar, o ensino da disciplina Defesa Nacional II, com o objetivo de aprofundar os conceitos e disseminar conteúdos voltados para os temas relações internacionais e ciência política, com o intuito de instruir os jovens sobre a dinâmica mundial e a posição do Brasil no contexto internacional.

Para o ensino superior, propõe-se implantar disciplina optativa ou curso de extensão denominado Cultura de Defesa, que trataria de assuntos estratégicos relacionados à Defesa Nacional, nos principais centros acadêmicos do país, visando complementar a formação de estudantes dos cursos de Administração, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Direito, Jornalismo e Relações Internacionais.

c) definir estratégias para promoção da mentalidade de defesa, considerando aspectos geracionais e atitudinais em relação ao tema defesa.

Considera-se necessário refletir sobre o público-alvo das iniciativas para promoção da mentalidade de defesa, ou seja, considerar as diferenças geracionais em termos de atitude e percepções. A estratégia deve ser orientada aos diferentes estágios de vida das pessoas: crianças, jovens, adultos ou idosos, considerando além da idade, a capacidade de compreensão e a relação de cada público com os meios de comunicação/disseminação utilizados, incluindo as redes sociais.

Analisando a atitude dos atores em relação à cultura de defesa espanhola, Sanquirico (2014) estabeleceu três grupos a serem abordados: os convencidos, os indiferentes e os opositores, argumentando que

aqueles que já são defensores da colaboração em defesa precisam ser reconhecidos e incentivados e podem ser atores importantes na divulgação de

ideias e na solução de problemas do dia a dia relacionados às necessidades de defesa. Também é necessário conhecer e compreender os argumentos daqueles considerados contrários (SANQUIRICO, 2014, p. 13).

Observa-se que, em muitos casos, os atores carecem de informações adequadas e confiáveis, predominando a difusão de informações duvidosas sobre o tema defesa e a sobre a necessidade de existência e manutenção de Forças Armadas devidamente preparadas e apoiadas pela sociedade. Portanto, torna-se necessário difundir o conhecimento sobre o papel das Forças Armadas (o que são, o que fazem e como o fazem), os riscos, as ameaças, os problemas e as necessidades relacionadas à defesa nacional.

Uma abordagem diferenciada pode ser desenvolvida junto aos jovens, representantes de diferentes segmentos da sociedade, como por exemplo, participantes de movimentos políticos, culturais e sociais, de agremiações acadêmicas e que atuam com comunicação e difusão em mídias sociais em temas relacionados à defesa, visando conscientizá-los e conquistar o seu apoio na difusão da mentalidade de defesa. Para tanto, propõe-se a oferta de Curso de Segurança, Defesa e Desenvolvimento para Jovens, com o objetivo de propiciar o conhecimento, a análise e a difusão de aspectos nacionais e internacionais que impactam a segurança e defesa nacionais.

d) promover a cultura de defesa para as novas gerações.

A cultura de defesa representa traço marcante na construção de uma sociedade engajada e preocupada com a proteção dos interesses nacionais e se constitui em valor necessário para que o cidadão tenha consciência sobre a necessidade de defesa de nossa soberania e preservação da nossa nação, conforme mencionado pela Ministra de Defesa da Espanha, Maria Dolores de Cospedal (ESPANHA, 2017),

Conseguir que nossa sociedade adquira Cultura de Defesa permitirá que cada cidadão formule seu próprio juízo sobre sua importância como parte da Segurança Nacional e compreenda e assuma sua necessidade para nossa proteção e para a proteção de nossos interesses e valores. Ao mesmo tempo, dê sua inestimável contribuição ao prestígio da Espanha e à prosperidade da nossa nação (ESPANHA, 2017, p. 6).

O Brasil é um país que figura entre as dez maiores economias do planeta e deve ter a ambição de ampliar a sua influência no mundo, a fim de que nossos interesses sejam preservados. O reconhecimento do potencial de nossas riquezas por diferentes países denota a necessidade de preocupação com a defesa de nosso território e a proteção de nossa soberania. Assim, considera-se importante a conscientização dos jovens sobre as principais ameaças e os desafios geopolíticos atuais, por meio da promoção de uma cultura de defesa, adotando-se medidas que sejam alinhadas ao perfil das gerações atuais e futuras. Espera-se por meio da

proposição e implementação de ações, propiciar condições para que os cidadãos possam refletir sobre as questões relativas à Defesa Nacional e ter a percepção de problemas que possam ocorrer, no que tange à salvaguarda da soberania nacional, conforme proposto por Cervera (2018), analisando o contexto espanhol:

A cultura de defesa deve reorientar parcialmente sua estratégia de atuação para consolidar os avanços na percepção cultural ocorridos nas últimas duas décadas e adequá-los às características sociais e culturais da nova geração que está a aceder às instituições do Estado. (CERVERA, 2018, p. 140).

Dessa forma, no escopo do plano Pensando a Defesa Nacional, poderia ser construído o Programa de Fomento à Cultura de Defesa (PROFCD), o qual poderia conter iniciativas abrangendo a celebração efetiva das principais datas comemorativas que remetem à história da Nação e do povo brasileiro, por exemplo, o Descobrimento do Brasil, a Abolição da Escravatura, a Independência do Brasil, a Proclamação da República e o Dia da Bandeira, realizando-se cerimônias cívicas, palestras e apresentações teatrais, bem como a adoção de medidas que exaltem o patriotismo e o civismo, como por exemplo, a entoação do Hino Nacional brasileiro com o hasteamento da Bandeira Nacional.

No âmbito do PROFCD, sugere-se ainda a ampliação das comemorações relativas ao dia da Independência. Para tanto, seriam incentivadas a realização de ações de promoção à cultura de defesa e ao debate sobre assuntos relativos à Defesa Nacional, abrangendo as seguintes ações: visitas de escolas e universidades a organizações das Forças Armadas e a relevantes centros de pesquisa e institutos de ciência e tecnologia voltados para áreas de interesse nacional; seminários sobre Defesa Nacional em universidades e demais organizações de interesse; e incentivo à visita aos museus militares e demais museus relacionados à história do país e à Defesa Nacional, por meio de campanhas midiáticas nas redes sociais e acesso gratuito. Neste aspecto, propõe-se a criação do Museu Nacional da Guerra, a exemplo do *Imperial War Museum*, em Londres na Inglaterra, que apresentaria acervos históricos sobre as campanhas militares desencadeadas pelo Brasil, com enfoque na Guerra do Paraguai e na participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Por meio das medidas propostas, espera-se contribuir para a construção de uma sólida cultura de defesa no Brasil e para a difusão da mentalidade de defesa nos diferentes segmentos e atores da sociedade brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo simboliza ao mesmo tempo o fim e o início de uma jornada e de um processo de reflexões sobre segurança, desenvolvimento e defesa, que tem como objetivo analisar o contexto histórico e institucional visando identificar alternativas para fomentar a

cultura de defesa e ampliar o envolvimento da sociedade brasileira em relação ao tema Defesa Nacional.

A revisão bibliográfica e documental permitiu concluir que apesar do contido nos documentos declaratórios – Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional –, o Brasil necessita adotar planejar um conjunto de ações para o desenvolvimento e promoção da cultura e da mentalidade de defesa, contemplando, se considerado apropriado, o conjunto de alternativas sugeridas neste trabalho.

A condução da pesquisa propiciou oportunidade ímpar de refletir sobre as políticas e práticas das pessoas, das instituições e da sociedade brasileira em relação ao tema defesa nacional.

Como o pesquisador vive em busca de respostas para perguntas que se modificam ao longo do tempo, propõem-se que a mentalidade de defesa seja entendida como a preocupação coletiva da sociedade brasileira e a vontade de agir de cada indivíduo em relação à defesa da soberania nacional e o desenvolvimento de comportamentos, no sentido de proteger o território e utilizar, de forma sustentável, os recursos e as potencialidades do país, preservando os interesses nacionais e assegurando a prevalência da paz e da segurança.

Apesar dos cuidados metodológicos, no presente trabalho podem ser consideradas limitações de pesquisa, o critério utilizado pelos pesquisadores na escolha das referências bibliográficas e documentais objeto de análise, o que pode resultar na opção por temas e enfoques de seu interesse particular. Entretanto, considera-se que tal fato não afeta o alcance dos objetivos planejados para a pesquisa, ou seja, a ampliação do conhecimento sobre o tema e o desenvolvimento de arcabouço teórico para pesquisas futuras.

Os pesquisadores sugerem a continuidade da pesquisa, de forma a conhecer as percepções sobre o tema, a partir das perspectivas dos diferentes atores públicos e privados interessados no tema defesa, considerando suas diferentes funções e responsabilidades no contexto da sociedade brasileira, com o propósito de coletar uma pluralidade de significados e realizar análises que permitam evitar visões fragmentadas e generalistas sobre a cultura e a mentalidade de defesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Transparência do Orçamento de Defesa: o caso brasileiro. **Papeles de Investigación RESDAL**, agosto 2005. Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL). Disponível em: <http://www.resdal.org/presupuestos/caso-brasil.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ALMEIDA, Carlos Wellington de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, jun. 2010, p. 220-250. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641351>. Acesso em: 3 maio. 2022.

ALSINA Jr., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 46, n.2, p. 53-86. Dez, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Wqq4fBtTtJWSZphBT3qgjYR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

AMORIM, Celso. Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 21, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3782>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA (ABED). Sobre o Instituto Pandiá Calógeras. *In*: Encontro Nacional da ABED, 8., 2022. Brasília, DF, 2022a. Disponível em: http://www.encontro2014.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=33. Acesso em: 20 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA (ABED). **Institucional**. [S.l]: ABED, 2022b. Disponível em: https://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=182. Acesso em: 20 set. 2022.

BORELLI, Patricia Capelini; PERON, Alcides Eduardo dos Reis. Defesa e Desenvolvimento no Governo Lula: uma convergência possível? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.23, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/565>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2012a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf Acesso em: 01 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versao2012dolivroLBDNportuguescompactado.pdf . Acesso em: 1 maio. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Parecer nº 141, de 2013** – CDIR – Anexo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012 (Parecer nº 51, de 2012). Brasília, DF: Congresso Nacional, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4692841&ts=1594016207143&disposition=inline>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 179, de 2018**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 2 de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem). Brasília, DF: Senado Federal, 2018a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2018/decretolegislativo-179-14-dezembro-2018-787452-exposicaoodemotivos-157024-pl.html> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa** (proposta encaminhada ao Congresso Nacional). Brasília: Ministério de Defesa, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 1 maio 2022.

BRASIL. Ministério de Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroempportugues2020.pdf Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.806, de 23 de setembro de 2021**. Cria a Escola Superior de Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10806.htm Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Relatório de Atividades 2021**. Brasília: CREDN, fevereiro de 2022a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/relatorios-de-atividades> Acesso em: 11 jul. 2022.
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Institucional**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. Exército. Escola De Comando E Estado-Maior. **Institucional**. Rio de Janeiro: ECEME, 2022b. Disponível em: <http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/index.php/pt/institucional-pt-br/o-programa> Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). **Promoção da Mentalidade Marítima**. Rio de Janeiro: SECIRM, 2022c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/promar>. Acesso em: 20 set. 2022.

CERVERA, Rafael Calduch. Cultura de defesa. In: DEFENSA, ESTADO Y SOCIEDAD: el caso de España. Salamanca: European Institute of International Studies, 2018. pp. 133-155. Disponível em: https://eprints.ucm.es/id/eprint/57483/1/Cultura_de_Defensa.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil: do descobrimento à globalização**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DÓREA, Luis Henrique Cetrangolo. **A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4011/1/MO%206031%20-%20LUIS%20HENRIQUE.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ESPANHA. Ministério da Defesa. **Discurso da Ministra de Defesa, de 6 de janeiro de 2017**. Madri: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: https://www.defensa.gob.es/Galerias/gabinete/ficheros_docs/2016/Discurso_de_la_ministra_Defensa_en_el_acto_de_la_Pascua_Militar.pdf Acesso em: 29 set. 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FLEMES, Daniel. **Considerações acerca do controle parlamentar das Forças Armadas na Alemanha e no Brasil: controle parlamentar na Alemanha, na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

FLORES, Mario Cesar. A defesa no sentimento nacional. **Estadão**, São Paulo, Opinião. 2 de agosto de 2011. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-defesa-no-sentimento-nacional-imp-,752989> Acesso em: 5 jul. 2022.

FUCILLE, Luís Alexandre. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2006. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=An3EJlcAAAAJ&citation_for_view=An3EJlcAAAAJ:9yKSN-GCB0IC Acesso em: 11 jun. 2022.

FUCILLE, Alexandre; BARRETO, Lis; GAZZOLA, Ana Elisa Thomazella. Novos Tempos? Considerações sobre diplomacia e defesa no Governo Lula (2003-2010). **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 22, jan/abr. 2016. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6736/1/BEPI_n22_Novos.pdf. Acesso em 8 jul. 2022

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **CCMar**. Rio Grande: FURG, 2022. Disponível em: <https://museu.furg.br/index.php/centros-associados/ccmar>. Acesso em 20 set. 2022

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atual, 2003.

LIMA, Mariana Fonseca. O papel dos *think tanks* nas Relações Internacionais. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, Porto Alegre, v. 8, n. 15, 2015. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/71251>. Acesso em 19 Set. 2022.

MACEDO, Ubiratan Borges de. Origens nacionais da doutrina da ESG. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 86-90, 1984. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=origens+da+ESG&btnG=. Acesso em: 29 ago. 2022.

MADRUGA, Florian Augusto de Abreu Coutinho. **O Congresso Nacional, as relações civis-militares e a política de defesa no Brasil (1999-2014)**. 2015. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15116> Acesso: 8 jul. 2022.

MUNTALA, Jordi Marsal. Evolución histórica de la cultura de defensa en España. **Documento de Opinión**, [S.l.], n. 26, 2016. Disponível em: https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2016/DIEEEO26-2016_Cultura_SegDef_JordiMarsal.pdf Acesso em: 27 abr. 2022.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional**: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Considerações políticas sobre a Defesa Nacional. **Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, [S.l.], 10 abr. 2006. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=101> Acesso em: 9 jun. 2022.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros nº 6, de 20 de janeiro de 2003**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2003. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/159628/resolucao-do-conselho-de-ministros-6-2003-de-20-de-janeiro> Acesso em: 28 set.2022.

RODRIGUES, Carlos Eduardo Neves. **Antecedentes da mentalidade de defesa na sociedade e o papel do Exército brasileiro em seu desenvolvimento**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares, com ênfase em Gestão Operacional) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5439>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ROMANA, Heitor Barras. Da cultura estratégica: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 13 – 32, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/211> Acesso em: 11 jun. 2022.

RUDZIT, Gunther; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. Política de Defesa é uma Política de Governo. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S.l.], v. 2, n. 1, jan./jun. 2015, pp. 33-52. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/politica_de_defesa_e_politica_de_governo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SANQUIRICO, Francisco Laguna. Reflexiones sobre el problema de la cultura de defensa. **Documento de Opinión**, [S.l.], n. 132, noviembre 2014, Disponível em: <https://www.ieee.es/temas/cultura-de-seguridad-y-defensa/2014/DIEEEO132-2014.html>. Acesso em 27 abr. 2022.

SANTOS, Carlos Lúcio Waldino dos. **A evolução da mentalidade de defesa no Brasil e seus reflexos para as Forças Armadas**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://redebie.decex.eb.mil.br/pergamumweb/vinculos//000042/000042e3.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SANTOS, Leandro Wolpert dos. Política de defesa nacional do Brasil: uma política de Estado ou de governo? **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S.l.], v. 5, n. 2, jul./dez. 2018, pp. 165-190, Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75114> Acesso em: 20 jun. 2022.